

Movimentos grevistas se espalham pelo país

Não deu na imprensa...

Técnicos-administrativos da UFJF estão em greve

Sinpro-JF está com indicativo de greve sem data desde 11/05

APESJF repudia repressão aos bombeiros cariocas

Estado do Rio Grande do Norte está paralisado, pág. 2

Trabalhadores em greve se espalham por todo o país.

O movimento dos bombeiros cariocas por melhores salários se junta a várias categorias em luta como os professores do estado do Rio Grande do Norte, que estão parados desde

o dia 02/05. A eles se juntam os motoristas e cobradores da capital do estado, grande parte do efetivo da Polícia Civil, e funcionários do DETRAN do estado.

São milhares de servidores parados e um motivo em comum: desvalorização.

Foto Dannel Goulart



A reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes do ANDES-SN discutiu a necessidade do sindicato nacional de participar da luta em prol da democratização dos meios de comunicação.

Docentes e jornalistas de todo o país, presentes ao encontro também discutiram como melhorar a comunicação sindical do ANDES por meio da coletivização das informações entre as Seções Sindicais. Veja mais na página 6

Proposta de Carreira
Consu do IFET/sudeste apóia projeto do ANDES, pág. 4

Entrevista
" Mp 520 é uma afronta à educação pública" , págs. 4 e 5

Montezinas
Marisa Timponi e Leila Barbosa em mais um lançamento literário, pág. 6

Artigo
Educação Superior e Formação Profissional do Assistente Social, Pág. 8

TRAVESSIA

Nosso Jornal conclui neste número reforma editorial para se adequar aos novos tempos. A partir de agora deverá refletir sobre as questões mais importantes do movimento dos docentes, deixando o conteúdo mais informativo e noticioso para os veículos via internet.

Editorial

As reivindicações de trabalhadores em torno de melhores condições de vida e de trabalho revelam as contradições de um crescimento econômico que se sustenta sob a exploração e a desigualdade que afeta grande parte da população desse país. Em que pese toda a euforia presente nos discursos oficiais sobre nossa capacidade produtiva, que nos insere decisivamente na competição capitalista, as greves já se apresentam como expressão da indignação e da necessidade de refletirmos e agirmos diante de um processo que se expande, deprimindo as condições de vida de quem produz.

As greves das obras do PAC reuniram mais de cem mil trabalhadores. A expressiva participação desse movimento denunciou todo tipo de constrangimento e deterioração das condições de trabalho, que remontam à época da escravidão.

Em São Paulo, os trabalhadores ferroviários e rodoviários pararam suas atividades devido aos impasses nas negociações salariais. Espalham-se, também, as greves de professores das redes municipais e estaduais de todo o país em função das péssimas condições de vida e de trabalho. O pronunciamento de uma professora em Audiência Pública na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte e que foi amplamente divulgada em um canal de vídeos na internet denuncia o descaso de nossos governantes com a educação e os educadores brasileiros.

A mobilização vem se ampliando entre os servidores públicos federais. Desde o início do ano, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNEF) vem agregando forças em torno de uma pauta única de reivindicações para negociar com o governo. O não cumprimento de acordos ainda no Governo Lula constitui-se como um dos pontos de insatisfação de diversas categorias. Somado a isso, algumas categorias têm avaliado que o processo de negociação de suas pautas de reivindicações específicas não avançou, ampliando o descontentamento com discursos oficiais protelatórios, que se pautam na justificativa da contenção do orçamento.

Nessa direção, a Federação de Sindicatos das Universidades Brasileiras (FASUBRA) entidade nacional dos profissionais técnico-administrativos em educação - decidiu por entrar em greve a partir de 06 de junho. A unidade entre os servidores públicos federais é um desafio que envolve a solidariedade a todas as categorias em suas questões específicas, e é nesse sentido que se dá o reconhecimento de uma luta em comum.

Junho promete mais mobilizações no âmbito dos servidores públicos federais. Está prevista, para o dia 16, uma grande manifestação em Brasília, com o objetivo de fazer avançar nossas proposições.

O ANDES vem participando ativamente dessa articulação nacional, sem esquecer, entretanto, das reivindicações específicas dos docentes. Já protocolamos nossa proposta de carreira no MEC. Em audiência com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), obtivemos apoio de parte significativa de reitores. Ao mesmo tempo, a audiência realizada no final do mês de maio com o secretário de ensino superior (SESU) ratifica a morosidade do governo em atender às reivindicações específicas de nossa pauta.

De qualquer modo, o trabalho está sendo feito. Cabe ampliá-lo, tomar conhecimento de nossa carreira, reforçar os movimentos que possam gerar uma abertura de negociação concreta por parte do governo. A APES, como seção sindical do ANDES-SN, se compromete em divulgar essa proposta em todo o espaço público de sua atuação e vai envidar todos os esforços no sentido de debater, esclarecer e fortalecer a proposta de carreira do professor federal aonde for convocada.

A Diretoria

Entre o discurso e a prática

Um vídeo que mostra a professora Amanda Gurgel criticando a situação da educação no Rio Grande do Norte, durante uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado, bateu recorde de visualizações no youtube.

Não é difícil imaginar o porquê de tanto sucesso: a docente disse o que todos os brasileiros estão cansados de saber, embora ouçam o contrário dos seus líderes, ou seja, as pessoas estão fartas de discursos políticos em que a educação é apontada como a saída para as mazelas brasileiras em contraposição a uma realidade cruel: governantes não apostam na boa remuneração dos professores, na dignidade da profissão, alegando sempre falta de recursos, enquanto os escândalos de corrupção afloram em todo o país.

Tal discrepância entre discurso e prática é explicitada na fala de uma professora indignada com a falta de respeito de que é vítima em seu estado, em que aponta enormes dificuldades como transporte precário, salas de aula superlotadas e até a proibição aos professores de comerem a merenda oferecida aos alunos. Por fim se diz incapaz de salvar o país. Nada mais forte e verdadeiro.

A discussão sobre esta crise, embora já colocada há muito pelas entidades que defendem a educação no país, esquentou com o sucesso da professora e isso é bastante oportuno no momento em que o governo acena com o PL nº 8035/2010, que estabelece o Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos.

Em nota divulgada pelo ANDES, o Sindicato Nacional faz uma análise da proposta concluindo que ela não satisfaz as enormes necessidades da educação brasileira.

A docente, sucesso na internet, falava dos discursos governamentais que sempre se justificam pela falta de recursos para a educação. Na nota divulgada pelo sindicato, a crítica destaca essa questão, já que a proposta do governo estipula apenas 7% do PIB para o setor, enquanto a sociedade reivindica 10%. Desse índice dependem as metas importantes a serem cumpridas, para que o discurso seja minimamente coerente. “O ANDES-SN defende intransigentemente para o financiamento da educação pública o patamar de, no mínimo, 10% do PIB nacional, colocando a luta por esta reivindicação como uma de suas ações prioritárias”, defende a nota.

O ANDES critica ainda falta da definição de um Sistema Nacional de Ensino, que defina claramente um regime de colaboração e articule as diferentes esferas federativas (art. 214 da Constituição Federal de 1988) para viabilizá-lo. Em sentido oposto, o PL parece seguir na linha produtivista, característica das lições neoliberais, em que o sentido mercadológico da educação é valorizado desconsiderando as realidades locais e regionais

Assim a valorização dos professores e dos funcionários técnico-administrativos é colocada de maneira equivocada, baseada em princípios competitivos e não de construção coletiva. Da mesma forma, o PL nº 8035/2010 também não trata da gestão democrática da educação ou processos democráticos de escolha de dirigentes.

A nota, disponibilizada na íntegra em www.apesjf.org.br, segue na linha de atuação histórica do ANDES de uma luta sindical ampla, não focada apenas na defesa de condições salariais dignas para os docentes das IFES, mas em prol de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Para isso, é preciso que os docentes dêem visibilidade ao debate, que a mobilização de todos possa colocar em prática o discurso defendido pelo consenso.

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

Rubens Luiz Rodrigues - Educação - Presidente
Paulo César de Souza Ignácio - IFET/JF - Vice Presidente
Paulo Roberto de Castro Villela - Engenharia - Secretário Geral
Zuleyce Maria Lessa Pacheco - Enfermagem - 1ª Secretária
Maria de Fátima G. M. Kalil Patrício C.A. João XXIII - 2ª Secretária
Ana Livia de Souza Coimbra - Serviço Social - 1ª Tesoureira
Marilene Schelgshorn dos Santos de Sansão - Inativo - 2ª Tesoureira

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br
 E-mail: apesjf@acessa.com

Sinpro/JF está com indicativo de greve desde o dia 11/05

O sindicato dos professores de Juiz de Fora, Sinpro, está com indicativo de greve sem data aprovado desde 11/05. Os professores realizaram quatro paralisações com assembleias, em que vêm amadurecendo as discussões sobre a construção do movimento e seus rumos.

A possibilidade de deflagração da greve é real, devendo o momento ser avaliado pelo conjunto dos trabalhadores no contexto dos avanços das negociações e da postura da Administração.

Após ter conquistado avanços importantes no ano passado, quando conseguiu construir com as outras entidades de servidores uma greve que paralísse serviços essenciais, impondo uma derrota histórica ao governo tucano de Custódio Matos, o Sinpro traz, este ano, como eixo principal da Campanha, a luta pela implementação imediata do Piso Nacional da Educação.

Dois pontos da Lei trazem repercussões imediatas: o primeiro é o cumprimento de um

terço da jornada de trabalho em atividades extra-classes, o que reduzirá o tempo do professor na escola e trará a necessidade de novas efetivações de educadores no quadro do Magistério Municipal; o segundo é a implementação do valor do salário inicial do educador, que hoje se encontra, aproximadamente, em R\$648,00.

Apesar da interpretação do MEC e do Executivo de várias esferas, a Lei é clara quando estipula que o piso salarial deve ser implementado para todas as jornadas, tendo no máximo, 40 horas. O Sindicato tem procurado se municiar de todas as informações referentes a esta discussão, com entidades sindicais, federações, confederações e centrais de todo o país, entendendo que é fundamental que esta luta se dê na esfera nacional.

Além deste ponto, as negociações com a P/JF têm ocorrido, com a apreciação de itens importantes da pauta como a revogação imediata do decreto que impede os trabalhadores de apresentarem atestado médico

que não seja oriundo do SUS ou do Plano e Saúde da Prefeitura; equiparação salarial dos professores contratados que atuam nos anos iniciais do EF e que possuem curso superior com aqueles que atuam nos anos finais do EF; reajuste do ACVM (ajuda de custo para capacitação e formação) e do AIM (abono de incentivo ao magistério); efetivação imediata dos concursados; aplicação da Lei que permite o afastamento da sala de aula dos professores que já cumpriram o tempo para aposentadoria, mas não atingiram a idade mínima, contemplando todos que se encontram nessa situação (cerca de 40 pessoas); calendário para a realização da seleção interna de promoção dos secretários do nível 2 para o 3; imediata retirada da orientação da Sec. Educação que instituiu o chamado "bloco pedagógico" que, na verdade, se materializa na aprovação automática dos alunos nos três primeiros anos do EF e intensifica o trabalho docente com volumes crescentes de atribuições.

Com informações do SINPRO-JF

Não deu na imprensa...

FASUBRA em greve

Os trabalhadores Técnicos Administrativos das universidades brasileiras decidiram, em 02/06, por maioria, deflagrar greve geral por tempo indeterminado a partir da 06/06.

A decisão foi tomada após Plenária Nacional da Federação dos Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra) avaliar que as negociações com o governo acerca da Campanha Salarial Emergencial 2011 não estão avançando.

Técnicos Administrativos da UFJF estão em greve

Em assembleia geral realizada em 08/06, os Técnicos Administrativos da UFJF decidiram entrar em greve, seguindo a indicação da FASUBRA, assim como trabalhadores da UFPA e da UFSCAR

Sind-UTE MG em greve

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, Sind-UTE/MG, informa que a categoria iniciou greve por tempo indeterminado a partir do dia 8/06, em todo o estado.

A greve é a resposta da categoria aos baixos salários e à inércia do Governo Anastasia que não cumpre a lei federal 11.738 que instituiu o pagamento imediato de um Piso Salarial Profissional Nacional além de solução de problemas na Carreira e a regularização dos direitos dos efetivados.

Também em greve: Universidade Estadual da Bahia e docentes das redes estaduais da Paraíba, Mato Grosso e Rio de Janeiro

Estado do RN está paralisado

Os professores do estado do Rio Grande do Norte estão parados desde o dia 02/05. Algumas escolas estão funcionando somente por causa das presenças de professores estagiários. Segundo o sindicato, mais de 90% dos professores do RN estão fora das salas de aula, reivindicando pagamento da primeira parcela do plano de cargos e a equiparação dos salários dos professores com os demais cargos da administração direta e indireta.

Caos

A situação no estado beira o caos com apenas 30% da frota de ônibus urbanos funcionando na capital, já que os motoristas também estão em greve. Já a greve da Polícia Civil do estado está deixando as delegacias de plantão lotadas, desde o início da greve, no dia 17/05.

No Detran, somente os estagiários e funcionários cedidos de outras secretarias mantêm o atendimento. Cerca de 80% dos servidores da 1ª Unidade Regional de Tributação, em Natal, aderiram ao movimento grevista.

Bombeiros cariocas

A APESJF publicizou recentemente moção de repúdio aos fatos ocorridos recentemente no Rio de Janeiro e culminaram com a prisão de centenas de bombeiros, que protestavam contra os baixos salários:

“A APESJF vem a público manifestar seu repúdio à violência do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, contra trabalhadores do corpo de bombeiros e suas famílias, utilizando-se inclusive da força do BOPE, para reprimir a mobilização e as reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho para o povo fluminense.

Após tamanha truculência, comparável às atitudes de regimes ditatoriais, 439 trabalhadores estão presos e iniciados em crimes que podem levar a até 12 anos de prisão, em mais uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais”.

Prestação de Contas

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF S/N. MARTELOS - CEP 36101-000 - JUIZ DE FORA - MG TEL./FAX 0313315-1284 CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - C/MC 02580-1 REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO		APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF S/N. MARTELOS - CEP 36101-000 - JUIZ DE FORA - MG TEL./FAX 0313315-1284 CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - C/MC 02580-1 REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO	
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS FEVEIRO/2011		DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS JANEIRO/2011	
RECEITAS	66.389,28	RECEITAS	67.783,16
FIXAS	59.631,06	FIXAS	59.714,55
Contr. Dos Sindicalizados	59.631,06	Contr. Dos Sindicalizados	59.714,55
VARIÁVEIS	6.752,22	VARIÁVEIS	7.870,10
Recebimentos Financeiros	3.749,33	Recebimentos Financeiros	3.278,00
Aluguel	1.000,00	Aluguel	500,00
Descontos Oblidos	2.011,89	Descontos Oblidos	4.091,60
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00	Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	5,00	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	198,51
Bar Apes	0,00	Bar Apes	0,00
Recuperação de Churrasco	0,00	Recuperação de Churrasco	70,00
Recuperação Baile	0,00	Recuperação Baile	120,00
Recuperação Despesas	5,00	Recuperação Despesas	3,51
DESPESAS	63.916,94	DESPESAS	63.820,26
RECURSOS HUMANOS	22.110,82	RECURSOS HUMANOS	20.969,44
EMPREGADOS COM VÍNCULO	13.854,33	EMPREGADOS COM VÍNCULO	13.251,30
13º Salário	0,00	13º Salário	0,00
Anuênio	971,15	Anuênio	899,47
Assistência Médica	216,59	Assistência Médica	1.008,99
Contribuição Sindical	0,00	Contribuição Sindical	0,00
Cursos	0,00	Cursos	0,00
Férias	2.091,63	Férias	3.731,54
Gratificação	1.516,72	Gratificação	1.516,72
PAT	1.217,50	PAT	1.217,50
Pis s/ folha	117,84	Pis s/ folha	123,00
Rescisões	0,00	Rescisões	0,00
Salários	7.482,61	Salários	4.724,08
Uniformes e Equip. Segurança	0,00	Uniformes e Equip. Segurança	0,00
Vale Transporte	237,09	Vale Transporte	0,00
ENCARGOS SOCIAIS	4.319,49	ENCARGOS SOCIAIS	3.904,14
P.F. T.S.	1.019,87	P.F. T.S.	930,30
I.N.S.S.	3.293,52	I.N.S.S.	2.967,84
ASSESSORIAS	3.943,00	ASSESSORIAS	3.844,00
Contábil	1.783,00	Contábil	1.684,00
Jurídica	2.160,00	Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	359,46
Impostos e Taxas	0,00	Impostos e Taxas	359,46
Iptu	0,00	Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	803,64	DESPESAS FINANCEIRAS	907,38
Bancário	803,64	Bancário	907,38
Juros Passivos	0,00	Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	5.279,97	INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	22.086,02
Alimentação	136,80	Alimentação	62,50
Aluguel	0,00	Aluguel	3.300,00
Bêndes	0,00	Bêndes	0,00
Combustíveis e Lubrificantes	0,00	Combustíveis e Lubrificantes	0,00
Condomínio	409,50	Condomínio	399,50
Conservação e Reparos	1.114,00	Conservação e Reparos	0,00
Contratação	0,00	Contratação	0,00
Despesas Postais	0,00	Despesas Postais	2.250,40
Depreciações e Amortizações	0,00	Depreciações e Amortizações	0,00
Doações	0,00	Doações	10.000,00
Estacionamento	0,00	Estacionamento	0,00
Manutenção de Equipamentos	0,00	Manutenção de Equipamentos	0,00
Material de Consumo	134,04	Material de Consumo	0,00
Material de Escritório	377,50	Material de Escritório	2.190,00
Material de limpeza	6,28	Material de limpeza	273,75
Outros	1.186,80	Outros	1.572,06
Publicação	0,00	Publicação	0,00
Serv. Prest. Pessoa Física	0,00	Serv. Prest. Pessoa Física	0,00
Serv. Prest. Pessoa Jurídica	754,40	Serv. Prest. Pessoa Jurídica	695,00
Suprimentos p/informática	0,00	Suprimentos p/informática	183,20
Telefonia/Fax/Internet	1.079,95	Telefonia/Fax/Internet	1.099,81
Transporte	77,10	Transporte	64,80
Xerox	7,40	Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00	COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais e Revistas	0,00	Assinatura de Jornais e Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	15.807,16	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	7.017,17
CONGRESSOS/CONADNS/CONEDS	15.807,16	CONGRESSOS/CONADNS/CONEDS	7.017,17
Pacotes Aéreos	15.807,16	Pacotes Aéreos	7.017,17
Outras	0,00	Outras	0,00
Diárias	0,00	Diárias	0,00
Hotel	0,00	Hotel	0,00
Rateio	0,00	Rateio	0,00
REPASSES	19.915,35	REPASSES	12.480,79
Andes SN	11.922,94	Andes SN	11.760,14
Andes Mobilização	247,50	Andes Mobilização	250,25
Andes Solidariedade	476,91	Andes Solidariedade	470,40
Rateio Andes	7.268,00	Rateio Andes	0,00
Fundo de Greve	0,00	Fundo de Greve	0,00
RESULTADO DO MÊS	2.471,34	RESULTADO DO MÊS	3.962,90

é uma afronta a educação pública”

Um dia do governo Lula, a MP autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH para gerir os Hospitais de Ensino superior. Tal medida gerou polêmica entre os movimentos sociais, pois ela representaria uma privatização do setor de Educação Pública e não resolveria os problemas enfrentados pelos HUS. Embora tenha caído, a MP tem chances de voltar sobre outro tipo já que ela é resultado da tentativa do governo federal em legalizar o alto índice de terceirização nos HUS. Suenya - Presidente da UFF/PURO da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, fala sobre a MP e suas conseqüências.

contratação por concurso público substituindo-o por processo seletivo simplificado através de análise de currículo, o que compromete a lisura da contratação pela cultura política do clientelismo ainda presentes nas gestões públicas, bem como não assegura critérios mínimos de qualificação profissional consonante com o SUS;

Rompe com a lógica da transparência com os recursos públicos pois a Empresa está dispensada de licitação;

Fere a legislação da saúde pública que assegura o controle social como forma de co-gestão da política pública.

A política de saúde, no que diz respeito à gestão dos hospitais universitários, sendo gerenciada pela iniciativa privada, desloca a saúde do campo do direito para o campo do mercado

2- De que forma essa medida ataca a

autonomia universitária?

Suenya - A própria natureza da MP já coloca em xeque o debate público e democrático, com autonomia política, tendo em vista que segue para o congresso sem discussão prévia com setores sociais que conformam a política, seja gestores, trabalhadores, usuários dos serviços.

Além disso, afronta a educação pública de qualidade ao assumir que a gestão administrativa direta dos trabalhadores estará vinculada à Empresa e não mais ao hospital como ocorre hoje.

3 - Caso as medidas preconizadas pela MP voltem a ser colocadas de qualquer forma pelo governo federal, cabem aos Reitores aderir ou não. No entanto, aqueles que não o fizerem poderão responder na justiça em ação movida pelo TCU. De que modo, o movimento social pode se contrapor a isso?

Suenya - Certamente rompendo com o isolamento político e mobilizando todas as forças sociais possíveis. Há necessidade de luta política nos diversos âmbitos, ou seja, debatendo com os

usuários dos serviços buscando legitimidade social, debatendo com o conjunto de trabalhadores, gestores, docentes, buscando mobilização sindical, articulação com outros movimentos sociais, entidades profissionais, mobilizando parlamentares. Hoje temos um movimento importante que busca unificar a luta política em torno da defesa da saúde pública que congrega diversos sujeitos políticos como

Devemos estar atentos a toda luta social que defende a política pública e que hoje promove articulação virtual

sindicatos, movimentos de usuários, associações acadêmico-políticas, partidos políticos, pesquisadores, fóruns de saúde, etc que é a Frente contra a Privatização da Saúde que vem se articulando, para aprovação no Supremo Tribunal Federal, da Ação de Inconstitucionalidade

1923/98 contrária às Organizações de Saúde na prestação e gestão dos serviços públicos.

Devemos estar atentos a toda luta social que defende a política pública e que hoje promove articulação virtual. Assim indico a assinatura pela ADIN 1923/98 o acesso ao sitio eletrônico: <http://www.abaixoassinado.org/assinaturas/assinar/6184>.

4 - Podemos dizer que essa medida é parte de um movimento maior de desresponsabilização do estado que vem desde FHC?

Suenya -Entendo que o governo vem implementando as orientações políticas neoliberais iniciadas no governo FHC na contramão da conquista dos direitos sociais.

As medidas de privatização da coisa pública, de mercantilização progressiva das políticas sociais surgem como resposta do capital à sua própria crise, agravando o quadro de barbárie social da fase mais recente do capital.

Assim, a terceirização surge como resposta do governo para contingenciar recursos públicos e tornar as políticas públicas “eficientes”,

contrariando toda a mobilização social em torno da defesa da saúde pública, com orçamento próprio que assegure a implementação com

As medidas de privatização da coisa pública, de mercantilização progressiva das políticas sociais surgem como resposta do capital à sua própria crise

qualidade da política que vem sendo desenhada a muitas mãos com as bases legais conquistadas a partir dos ganhos da Constituição de 88.

Nesse cenário adverso, renova-se então a luta por recursos para a política de saúde (aprovação da Emenda Constitucional 29), a retomada dos concursos públicos, a co-gestão da saúde através do controle social.

Num ano de Conferência Nacional de Saúde faz-se necessário tomar fôlego e ampliar o debate social na construção de uma unidade em torno da luta pela saúde pública.

Indicação do GTCA

Momento de luta pela democratização da mídia

Nos dias 27, 28 e 29/05 o Grupo de Comunicação e Artes do ANDES-SN se reuniu para dar seguimento às discussões em torno da nova política de comunicação, avaliação e novas propostas, além de abrir o debate a outras questões como a necessidade do Sindicato Nacional se inserir nas lutas da sociedade pela democratização dos meios de comunicação no país.

No dia 27, o GTCA recebeu o palestrante, professor da USP Pablo Ortellado, que falou a respeito da questão dos Direitos Autorais, com destaque para o histórico em torno da questão, os acordos

internacionais das décadas de 80 e 90, de onde derivaram algumas leis que regem a questão.

Segundo ele, o debate sobre a reforma da lei do direito autoral retornou à pauta nos últimos anos (nova lei de direito autoral), mas a sinalização do novo governo é um retrocesso provavelmente por causa das vinculações com a indústria fonográfica, que tem se beneficiado da atual situação em detrimento do autor que muitas vezes é remunerado com retribuições irrisórias.

Ele apontou ainda o problema do monopólio industrial que investe a menor parcela e controla a possibilidade (ou não

possibilidade) de acesso social ao livro.

Ao explicar que direito moral é uma coisa e direito patrimonial é outra, Ortellado disse que o que está em debate é o segundo já que a "ideia" não é protegida pelo direito autoral, mas sim as expressões da ideia.

Para ele, o importante é intervir no sentido de garantir o interesse público. "A academia é a principal produtora e a principal consumidora, assim, uma grande campanha poderia ser operada para retirar os intermediários, produzir com licenças livres, e imediatamente, desobediência civil".

A comunicação como direito em contraposição ao monopólio

No dia 28, o dia foi aberto com uma mesa redonda sobre o Marco Regulatório da Comunicação, com o jornalista Gésio Passos, do Coletivo INTERVOSE, que abriu sua fala declarando ser a Comunicação um direito humano e o exercício desse direito é imprescindível ao fortalecimento da democracia.

Passos definiu a atual situação dos meios de comunicação no Brasil que são vítimas de um monopólio que prejudica toda a sociedade.

A tentativa de Criação do novo Marco Regulatório democrático e participativo (inspiração no movimento argentino), inclui a participação social no controle dos meios.

Ele falou ainda da necessidade de inclusão social na Banda Larga e acesso a internet e o fortalecimento do sistema público. O marco regulatório e o plano de banda larga devem ser assumidos como dois grandes temas de disputa.

Um dos importantes pontos discutidos pelo

GTCA foi a necessidade do Sindicato Nacional se engajar nos movimentos em defesa da democratização dos meios de comunicação, já que esse é um importante espaço onde a luta pela formação de opinião da sociedade se dá.

O GTCA discutiu a possibilidade da realização de um seminário próximo ao CONAD ou ainda indicar ao ANDES que aproveite os protestos programados para o final de agosto para pautar o assunto.

WEB Tv e interatividade entre Ssinds na área da comunicação

O GTCA discutiu ainda a possibilidade do ANDES de participar do empreendimento chamado WEB TV, um canal de veiculação de programação em vídeos com transmissão na internet.

O empreendimento seria realizado por um pool de sindicatos com sede em

São Paulo. O grupo concluiu que ainda é preciso mais informações para uma discussão mais aprofundada.

Outro assunto importante foi a necessidade de disponibilização dos conteúdos jornalísticos das Seções Sindicais para o conjunto do ANDES-SN, as questões técnicas e direitos

autorais dos jornalistas envolvidos.

O espaço de interatividade no site do ANDES foi outro tema que teve amplo debate.

A tentativa de abrir a página eletrônica para comentários exigirá cuidados para evitar até mesmo problemas jurídicos.



GTCA discutindo a Comunicação do ANDES-SN



Professor Schu, da direção do ANDES fala durante o GTCA



GTCA reuniu docentes e jornalistas de várias Ssinds.

**Filie-se ao
seu sindicato
ligue
3215 1286**

Dedicação exclusiva à arte e ao ensino

A energia é de dar inveja a qualquer recém formado, os olhos brilham ao falar de Belmiro Braga, Murilo Mendes, literatura, letras, formas e poemas, e o discurso, articulado entre o raciocínio e a poesia, impressiona. Marisa Timponi, professora aposentada da Faculdade de Letras da UFJF é exemplo do amor ao trabalho aliado ao talento para o estudo e a criação literária. Atualmente ela lança, em parceria com Leila Fonseca Barbosa, professora aposentada da Faculdade de Letras da UFJF, o livro *Montezinas*, um resgate de um texto escrito por Belmiro Braga há 100 anos e que estava inacessível ao grande público. O trabalho realiza ao mesmo tempo uma análise crítica, mais um trunfo na vida da dupla.

Conversar com Timponi procurando o fio da meada não é das tarefas mais fáceis, já que a cada frase explicativa sobre sua obra, novos horizontes se abrem, novas atividades são reveladas, ora como ensaísta, ora como poeta, crítica, escritora de prefácio, produtora cultural, incentivadora incansável dos alunos mesmo depois de formados, escritora de livros didáticos, de resgates culturais e históricos, de catálogos de arte etc. Marisas são muitas.

Ao lado da parceira e irmã artística, Leila Fonseca Barbosa, com a qual divide a autoria de muitos livros - "Perdi a conta, sei que são mais de 25 obras" - Timponi explica que a energia propulsora vem da alegria de trabalhar com Leila e da ligação que tem com a cidade, já que em muitos dos seus livros a dupla realiza um trabalho memorialista tendo sempre a arte, em especial a literatura, como fio condutor: "Eu tenho um compromisso com a cidade, de resgatar sua história, isso dá força".

A sua primeira publicação foi na década de 80, um fanzine chamado *Maroínas*, em que poemas em forma de estilização brincavam com os autores utilizados no curso de comunicação da UFJF, bem ao estilo modernista. "Essa estilização foi uma 'contaminação' adquirida das práticas murilianas". De lá para cá não conseguiu mais parar. Apenas em 2009 foram cinco publicações.



Foto divulgação

Marisa Timponi (esq) ao lado de Leila Barbosa, dupla dinâmica e incansável no ensino, na literatura e nos resgates culturais

Docentes concorreram ao principal prêmio da literatura brasileira

Das obras mais importantes é preciso destacar o livro-álbum "Ismael Nery e Murilo Mendes: Reflexos" quando a dupla foi indicada a um dos maiores prêmios da literatura brasileira o prêmio Jabuti, que deu projeção internacional à Juiz de Fora, sendo vitrine das principais livrarias do Brasil.

O livro relata a amizade existente entre os dois e a importância que esse laço teve na vida do poeta. Uma exposição permanente da obra e vida de Ismael e Murilo.

Outro trabalho importante, dentre muitos de destaque reconhecido, é o livro "Letras da Cidade" que em 334 páginas são recuperadas as histórias de escritores pintores e artistas em geral.

Como projeto, Timponi anuncia a intenção de publicar sua tese de mestrado já que descobriu a contemporaneidade de seu trabalho nos dias atuais. "As pessoas estão falando nessa coisa do Murilo Mendes tardio e, depois do último seminário que participei sobre o autor, resolvi que vou publicar minha dissertação de mestrado, que discute a última fase de seu trabalho, centrada sobre os seus dois últimos livros".

Assim Leila Barbosa e Marisa Timponi já se increveram, pela importância da obra, no hall dos grandes escritores e memorialistas de Juiz de Fora.

A química entre as já provou ser poderosa. Por conta de um erro da edição de "A Trama

Poética de Murilo Mendes", outro grande livro editado pela dupla, com edição esgotada, o nome da parceira veio como Leila Timponi Pereira Rodrigues, fazendo uma mistura entre as duas autoras. Erro com lastro na realidade.

Como escritora, Timponi se sente muito feliz de estar em plena atividade, embora reconheça os problemas que escritores brasileiros enfrentam no momento da divulgação de suas obras.

Ao chegar na APESJF, para falar sobre sua obra, a professora se disse emocionada pela história de lutas que ajudou a construir dentro do sindicato.

Marisa é assim, emoção e dedicação às coisas que ama e respeita.



Fotos Daniel Goulart



Marisa Timponi mostrando uma parte do seu trabalho. A professora perdeu a noção do tamanho de sua obra

Educação Superior e Formação Profissional do Assistente

Professora Cláudia Mônica dos Santos (FSS/UFJF, Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira (Aluna do Programa de Pós-graduação da FSS/UFJF).

Segundo dados do Censo da Educação Superior DEED-MEC INEP período 2004 a 2009, o Brasil possui 2314 Instituições de Ensino Superior, destas, 186 são Universidades (8,0%), 127 são Centros Universitários (5,5%), 1.966 são Faculdades (85%) e 35 Institutos Federais e CEFETs. Das 2314 IES, 245 são Públicas (94 Federais, 84 Estaduais e 67 municipais) e 2 069 são privadas. Isso significa que nosso Ensino Superior, majoritariamente, ocorre em instituições isoladas que não garantem o tripé ensino, pesquisa e extensão.

No que se refere ao perfil dos docentes, nas IES públicas 27% são mestres e 48% doutores e o regime de trabalho de dedicação exclusiva é de 78,9%. As instituições privadas possuem 41% de seu corpo docente com mestrado e, apenas, 14% de doutores.

Em relação à previsão que o governo estabelece para a ampliação de vagas na avaliação feita do primeiro ano de implantação do REUNI já existe uma superação do que fora previsto, conforme dados da tabela abaixo:

TABELA Número de vagas nos cursos de graduação em 2008

IFES	Projetadas			Executadas			Diferenças		
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
Total	108.553	38.209	146.762	109.690	37.587	147.277	1.137	-622	515

FONTE: Tabela retirada do documento Reuni 2008 Relatório de Primeiro Ano, de 30 de out. de 2009, p.7. Coleta PingIFES (dados de execução) e Simulador REUni/SIMEC (dados de pactuação).

De acordo com o Resumo Técnico do INEP de 2010, “o número de instituições públicas cresceu 3,8% de 2008 para 2009, enquanto o número de instituições privadas cresceu 2,6%” (INEP/MEC, 2010, p.12). Apesar do (pequeno) crescimento das instituições de ensino público em relação às de ensino privado: 1,2% a mais (das 54 UF existentes em 2007, 53 aderiram ao REUNI), as IES privadas ainda respondem por um total de 89,4% das vagas.

GRÁFICO – Número de matrículas em Milhões



FONTE: Sinopse das ações do Ministério de Educação, nov. 2010, p.84

Temos assistido ao crescimento da modalidade de Ensino à Distância (EaD). Em relação ao ano de 2008 os cursos na modalidade EAD aumentaram 30,4% enquanto os presenciais 12,5% (Idem). Segundo Dados do Censo do INEP de 2009 (INEP/MEC, 2010) o MEC permitiu 1.561.715 vagas, destas 665.839 candidatos fizeram inscrição, 308.340 ingressaram nos cursos (preenchimento de vagas não chega a 20% do total ofertado) e 132.269 concluíram o curso. São 189 instituições credenciadas para oferecer EADs, cada qual com seus respectivos pólos.

Tabela - Percentual das vagas autorizadas pelo MEC/INEP

Ensino	Número de vagas	Percentual
Público e Privado	34.454	61,97%
Ensino à distância	21.145	38,03%
Total	55.599	100%

FONTE: MEC/INEP 2008



Entre os 10 maiores cursos de graduação na oferta de modalidade à distância (EAD), o curso de Serviço Social ocupa o terceiro lugar em número de vagas ofertadas, perdendo apenas para a Pedagogia e a Administração (INEP/MEC, 2010b). Em 2009, foram 68.055 matrículas nesta modalidade. Essa ampliação pode parecer, em um primeiro momento e na visão do MEC, extremamente positiva. Porém, nossa preocupação é com a qualidade desta ampliação.

No caso do Serviço Social esta expansão, desordenada e sem critérios, traz grandes desafios para o projeto de formação profissional e implementação das Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996, pela categoria. Esse projeto é um dos documentos que expressam e oferecem sustentação ao projeto ético-político da profissão, tendo como princípios, dentre outros, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a intrínseca relação entre exercício e formação profissional.

Esse quadro tende a refletir, também, na precarização do trabalho do assistente social. O crescimento do número de alunos - sem controle - e o excesso de estagiários por campo e/ou a substituição de contratação de mais profissionais por contratação de mais estagiários e tutores (no caso da substituição de docentes nas pós-graduações) são fatores que podem trazer sérias consequências para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais.

A perda de qualidade na formação, denunciada acima, aumenta o número de profissionais sem condições de competir no mercado de trabalho, o que pode acarretar a submissão dos profissionais às normas do mercado, desencadeando um processo de despolitização da categoria. Dessa forma, a tendência é fortalecer um perfil profissional preocupado, apenas, em atender às demandas do mercado, abrindo mão do compromisso social com a população que necessita de seus serviços.

A luta pela educação pública com qualidade vem ao encontro das necessidades de efetivação de nosso projeto ético-político. Desta forma são necessárias ações em prol de uma formação profissional com qualidade em articulação com entidades de organização da categoria dos Assistentes Sociais tais como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais (conjunto CFESS/CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e demais, que coadunam com nosso projeto tais como o ANDES. Essa articulação vem se concretizando, respeitando-se as especificidades, a autonomia e a natureza das diferentes entidades envolvidas.